

A força da área tecnológica para o desenvolvimento do estado

Sugestões expressas em carta serão entregues aos eleitos no pleito 2014

O CREA-SC entregará no mês de novembro aos eleitos em Santa Catarina para governador, senador, deputados federais e estaduais a carta “A Força da Área Tecnológica para o Desenvolvimento Sustentável Catarinense – Reflexões e Sugestões”. Elaborado a partir da análise profissional sobre a situação do Estado e de como melhorá-la sob a ótica técnica, o documento traz propostas para avanços em diversos pontos críticos que envolvem o trabalho e a responsabilidade dos profissionais da engenharia e da área tecnológica em geral, visando à qualidade de vida da sociedade catarinense.

A carta foi produzida com o auxílio das Entidades de Classe no estado, através do CDER-SC- Colégio Estadual das Entidades de Classe, e ainda dos Inspectores, Diretores Regionais, Conselheiros e profissionais do CREA-SC, com base nas edições do documento Pensando Santa Catarina, editado nos anos de 2006 e 2010 por meio de propostas colhidas nos encontros preparatórios do Congresso Estadual de Profissionais do setor; além do documento Cresce Brasil, editado pela FNE- Federação Nacional de Engenheiros.

“Optamos desta vez por exaltar a força da engenharia catarinense e sua representatividade no PIB do estado, focando em algumas sugestões do documento anterior que ainda não foram aplicadas, e em pontos críticos que precisam ser solucionados para garantir o crescimento de Santa Catarina”, pontua o presidente em exercício do CREA-SC, Eng. Agr. Gilson Gallotti.

“Outro fator preponderante é o reconhecimento e a valorização da área tecnológica, como a vital importância de investimentos em projetos por profissionais habilitados, sua justa remuneração e o preenchimento de cargos técnicos com profissionais da área, garantindo assim que as definições de prioridades tenham uma análise técnica antes da tomada de decisões. Na maioria das vezes, infelizmente, se analisa somente o contexto político”, ressalta.

Entre as áreas apontadas no documento estão as de energia, logística e integração, mobilidade urbana, telecomunicações, saneamento; transporte de cargas, produção no campo e construção civil.

Além de maior ênfase para a necessidade da ocupação de cargos técnicos por profissionais habilitados, a carta revela a criação de um GT Consultivo, equipe de profissionais colaboradores que, representando o Conselho, estará acompanhando a implementação das sugestões junto ao governo do estado e contribuindo nas discussões que o poder público venha a proporcionar.

“Será um grupo que terá como objetivo principal o de subsidiar tecnicamente as decisões, tanto para a definição de políticas públicas como para a escolha das prioridades de investimentos para o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina”, lembra o Superintendente do Conselho, Eng. Civil Luiz Henrique Pellegrini, coordenador do Grupo Técnico que elaborou a carta.

A carta traz ainda a inclusão do tópico Desenvolvimento Florestal e sugere a criação do IFC – Instituto Florestal Catarinense, que seria um órgão executor para as políticas públicas florestais.

Constam no documento ideias pontuais, como a definição e aprovação das regiões metropolitanas; a qualificação da mão de obra no setor; o suporte aos projetos em execução dos aeroportos, atendendo a todas as regiões do estado; a ligação

de portos e ferrovias; uma definição técnica sobre as obras da ponte Hercílio Luz; e um sistema de controle e celeridade de obras já iniciadas no estado.

Desenvolvimento x Sustentabilidade

Eficiência energética e de recursos hídricos, compensação de emissões de carbono, investimentos em produção mais limpa, manejo de resíduos, gestão ambiental e de impactos sociais. São atitudes e projetos cada vez mais comuns nas indústrias e empresas da área tecnológica, que dependem de investimentos, conscientização e adequações na produção e planejamento.

O desafio de buscar o desenvolvimento com sustentabilidade também é explorado na carta, que sugere ao governo do estado ações relacionadas aos setores climático, de gestão da água e de controle de resíduos.

A força da engenharia e da área tecnológica

Com um produto Interno Bruto de mais de R\$ 198 bilhões, o sétimo maior do país, Santa Catarina deve crescer acima do PIB nacional pelo quarto ano consecutivo. Os dados de publicação produzida pela Diretoria de Planejamento Orçamentária da Secretaria de Estado da Fazenda (DIOR/SEF) revelam que as indústrias metalúrgica, de celulose, automotiva, têxtil, agropecuária e da construção civil foram os segmentos que mais cresceram no último ano, sendo responsáveis por 60% do PIB.

Os profissionais da área tecnológica registrados no sistema já são mais de 57 mil, além de 13 mil empresas na área. Este representativo contingente está inserido em diversos setores da economia catarinense, como o tecnológico e da construção civil disseminado entre a capital, Vale do Itajaí, e regiões sul e norte do estado; o cerâmico, carvão, vestuário e plásticos no Sul; alimentar, agronomia e indústria moveleira no Oeste; têxtil, naval e de cristais no Vale do Itajaí;

metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; além do madeireiro na Serra.

Santa Catarina é o quinto estado do país com maior número de estabelecimentos no setor de construção civil; maior produtor nacional de maçã e cebola; o segundo de arroz, alho e fumo; o terceiro de trigo; o maior produtor nacional de carne suína e de pescados e o segundo em abate de frangos do país. Possui ainda a sexta maior frota de automóveis e a quinta de caminhões.

Confira resumo das propostas:

- Implantação do Geoportal, ferramenta que permitirá interatividade entre os dados geoespaciais do estado de Santa Catarina, visando a prevenção e controle de desastres naturais;
- Cumprimento e ou regulamentação da legislação sobre Logística Reversa e implantação do princípio no estado, com foco nos resíduos eletroeletrônicos;
- Ocupação de cargos e funções públicas que exijam conhecimentos técnicos especializados por profissionais habilitados, bem como o cumprimento do salário mínimo profissional;
- Ampliação, melhorias e integração das ferrovias, com incentivos e instituição do projeto ferroviário de Santa Catarina;
- Preservação da competitividade portuária, mantendo e executando a implementação dos projetos no estado;
- Conclusão da duplicação da BR 101 Sul e duplicação das

rodovias 470, 280, 282 e 153;

- Investimentos para aumentar os índices de atendimento de saneamento básico em todos os municípios com potencial turístico, minimizando os efeitos negativos sofridos pela população residente e mantendo o Estado na lista dos principais destinos turísticos do País;
- Desenvolvimento do meio rural com a execução de ações que visem ao aumento da renda e a criação de oportunidades de trabalho, com projetos nos setores de produção de grãos, fruticultura e serviço público agrícola, entre outros;
- Criação de um órgão para as políticas públicas florestais, o IFC – Instituto Florestal Catarinense, que executará diversas ações de defesa e manejo florestal;
- Atenção dos gestores públicos para a incorporação da Lei de Mobilidade Urbana nas maiores cidades todo o estado, com investimentos em novos modais de transporte público, como a ampliação de ciclovias, corredores de ônibus e incentivo a ações construídas a partir da engenharia de tráfego;
- Edição de Lei que torne obrigatória a instalação de mecanismos de geração de energia solar em prédios públicos;
- Edição de legislação específica sobre a necessidade da manutenção predial em todos os prédios públicos, tornando obrigatória a realização de vistorias periódicas feitas por profissionais habilitados;
- Implantação das agendas climática, de água e de resíduos, tanto a nível estadual, quanto o fomento de ações nos municípios catarinenses, visando a melhoria na gestão dos recursos hídricos, gerenciamento de resíduos e na política estadual de mudanças climáticas.